

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008146-54.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**
Requerente: **JANAINA STELLA MARTINS REMAILI**
Requerido: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra gravame inserido pela ré em face de automóvel de sua propriedade sem que houvesse razão para tanto porque nunca existiu relação jurídica entre ambas a justificá-lo.

Almeja a condenação da ré para que promova a respectiva baixa, bem como ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A matéria preliminar arguida pela ré em contestação não merece prosperar.

Isso porque inexistente preceito legal que obrigasse a autora a previamente buscar a solução do litígio junto à ré antes de propor a presente ação.

Rejeito a preliminar, pois.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mérito a ré limitou-se a asseverar que já efetuou a baixa do gravame em questão e ademais ressaltou que a hipótese dos autos não enseja a ocorrência de danos morais indenizáveis.

Assim posta a questão debatida, reputo que a pretensão deduzida merece prosperar.

Quanto ao primeiro aspecto da obrigação dou a mesma por cumprida, embora a mesma tenha sido executada com um dia de atraso, eis que a ré tinha cinco dias para tanto, figurando desnecessário a aplicação de multa em razão disso.

Quanto aos danos morais, reputo que também estão aqui presentes.

Isso porque é inegável que a autora não tendo participação alguma quanto a inserção de gravame no seu automóvel, foi exposta a desgaste de vulto ao não ver a situação resolvida de imediato.

Qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição teria o mesmo abalo, cumprindo reconhecer que o réu ao menos na espécie não dispensou à autora o tratamento que era exigível.

É o que basta para a caracterização dos danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização tomará em consideração os critérios usualmente empregados em casos dessa natureza.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para:

(1) condenar ao réu a tomar as medidas necessárias quanto à baixa do gravame, tornando definitiva a decisão de fl. 11, mas dou por cumprida a obrigação.

(2) condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 01 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**